



ASSEMBLEIA de FREGUESIA da **CAMACHA**

Município de Santa Cruz | Madeira

Mandato 2025-2029

ATA N.º 105

---- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas e trinta e quatro minutos, reuniu no Edifício-Sede da Junta de Freguesia da Camacha, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da Camacha, presidida por **Pedro Damião Barreto Fernandes**, **Sónia Patrícia Figueira Gonçalves**, primeira secretária, **Maurília Sofia Henriques Araújo**, segunda secretária e ainda os vogais **Andrés Eduardo Gouveia Abreu**, **Rufina Beatriz Sousa Freitas**, **Hugo André Ferreira Carvalho**, **Marta Helena Jardim Teles**, **Laura Daniela Gonçalves Baptista**, **João Pedro Jesus Silva**, **Sara Barreto Caldeira**, **João Francisco Nóbrega Quintal** e **Carlos Filipe Nóbrega Miranda**. -----

---- Estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros do Órgão Executivo, **Ricardo Emanuel Nóbrega Baptista**, Presidente, **André Filipe Belim Teixeira**, Secretário, **Mário Frederico Quintal Teixeira**, Tesoureiro, a Vogal **Catarina Isabel Baptista Vieira** e a vogal **Catarina Maria Rodrigues Araújo**. -----

---- Não compareceu a esta sessão o seguinte membro da Assembleia de Freguesia: **Sofia Cristina Gouveia Fernandes**, pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP). -----

Esta sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- **A. Período antes da Ordem do Dia** -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, iniciou agradecendo a presença de todos e manifestou o desejo de que as reuniões agora iniciadas decorram de forma pacífica, sucinta e construtiva, tendo sempre como princípio orientador o bem da Camacha, conforme defendido por todos antes e após o



ato eleitoral. Expressou ainda a sua expectativa positiva nesta primeira experiência como Presidente da Assembleia, endereçando congratulações ao Presidente da Junta de Freguesia, Ricardo Baptista, e à sua equipa pela vitória nas eleições, bem como à oposição, que considerou digna e responsável na apresentação dos seus propósitos. Salientou que, apesar da escolha do povo recair maioritariamente na continuidade da equipa anterior, o objetivo comum deverá ser sempre o de trabalhar em prol da Camacha, com verdade, transparência e dignidade, recordando que todos os presentes são representantes da freguesia e têm o dever de honrar o seu nome. -----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, saudou todos os presentes, dando as boas-vindas à Junta de Freguesia, referindo tratar-se de uma casa de portas abertas a toda a população, e associou-se às palavras do Presidente da Assembleia, desejando igualmente a todos um bom Ano Novo. Manifestou a intenção de que, ao longo do mandato, seja possível trabalhar em sintonia, recordando que o propósito da candidatura foi sempre o de trabalhar em prol da Camacha. Expressou a expectativa de que exista colaboração para o bem da freguesia, assente em ideias e projetos concretos, exequíveis e compatíveis com os recursos orçamentais disponíveis, reiterando a disponibilidade do executivo para qualquer situação que se revele necessária. Reafirmou ainda que a Junta de Freguesia mantém as suas portas abertas não só aos fregueses da Camacha, mas também a todos quantos a visitem. -----

---- O vogal, **João Quintal**, manifestou a intenção de esclarecer a escolha da data da presente Assembleia de Freguesia, nomeadamente a realização no dia 30 de dezembro, questionando-se o motivo dessa opção, uma vez que a maioria das restantes freguesias já havia realizado as respetivas assembleias. Foi ainda abordada a questão do horário de encerramento na noite de Natal na Camacha, tema considerado atual e que, segundo foi referido, causou diversos transtornos aos comerciantes locais, salientando-se que o aviso terá sido comunicado tardiamente, apesar de a informação constar com data de 2 de dezembro por parte da entidade policial. Embora reconhecendo que poderão ter existido tentativas de alteração da situação, foi defendido que uma maior transparência teria permitido evitar rumores e facilitar a preparação dos comerciantes, nomeadamente ao nível de stocks e recursos

humanos, considerando-se que a transparência deverá ser um princípio fundamental neste mandato. Por fim, foi solicitada informação relativamente ao orçamento, em particular sobre eventuais alterações nos apoios sociais, bem como sobre os critérios definidos para o acesso da população a esses apoios.-----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, esclareceu que a data da Assembleia foi definida em conformidade com os regulamentos em vigor, tendo sido escolhida por ser aquela que permitiu que todos estivessem presentes com a documentação devidamente analisada e preparada, de forma a possibilitar respostas fundamentadas às questões colocadas. Foi ainda referido que, enquanto órgão soberano, o Executivo dispõe da liberdade para proceder a essa marcação, salientando-se que a decisão não teve qualquer intenção de provocar constrangimentos, tendo sido tomada apenas por razões de ordem prática e organizacional. -----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, em resposta às questões colocadas relativamente ao parecer da PSP, esclareceu que o procedimento adotado foi idêntico ao de anos anteriores, tendo o Executivo iniciado atempadamente os trabalhos de preparação da noite de Natal e solicitada autorização para o horário de funcionamento até às 6h00. Contudo, após a receção do parecer negativo por parte da PSP, foram encetadas diversas diligências junto das autoridades policiais, incluindo contactos com responsáveis da PSP de Santa Cruz e Machico, assim como o apoio da Câmara Municipal, no sentido de tentar reverter essa decisão, considerando-se que o encerramento às 3h00 colocava em causa uma tradição da Camacha associada à Missa do Galo e aos festejos subsequentes. Perante a impossibilidade de alteração do parecer, o Executivo contactou os barraqueiros com quem tinha compromisso direto, informando-os da limitação horária, tendo todos manifestado disponibilidade para manter a atividade até às 3h00, permanecendo ainda a expectativa de uma eventual flexibilização que não se veio a concretizar. Foi referido que apenas um comerciante local se dirigiu à Junta para obter esclarecimentos, tendo sido devidamente informado, e que a Junta não tem obrigação de comunicar diretamente com outros estabelecimentos, uma vez que as licenças de funcionamento são, em regra, da competência municipal. Acrescentou-se que a confirmação definitiva do horário



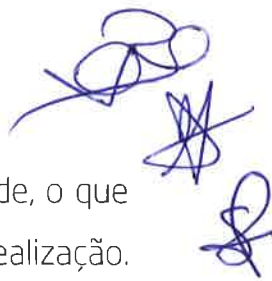
apenas ocorreu no dia 23 de dezembro, tendo sido necessário alterar o plano de segurança previamente preparado, salientando-se que o Executivo não poderia avançar com um evento sem parecer favorável da PSP, por razões de segurança pública. Foi ainda mencionado que, segundo informação transmitida pelas autoridades, esta orientação resulta de uma decisão a nível regional, com o objetivo de reduzir o horário dos eventos noturnos, situação que poderá igualmente afetar outras iniciativas futuras.-----

---- A vogal, **Laura Baptista**, questionou a possibilidade de se fazer algo no sentido de melhorar esta situação, nomeadamente ao nível do parecer da PSP, reconhecendo-se que, este ano, a decisão não esteve nas mãos do Executivo, mas sim da autoridade policial.-----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, referiu que já foi abordada esta questão com a Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz e que está em cima da mesa a realização de uma audiência com a PSP, com o objetivo de explicar que a noite de Natal é uma situação excecional, que acontece apenas uma vez por ano e que constitui uma tradição que se pretende manter, uma vez que não é habitual a realização de eventos noturnos até às três da manhã na Camacha. Foi ainda referido que esta diligência pretende abranger não só os eventos da Camacha, mas também outras iniciativas realizadas no concelho que se encontram na mesma situação.-----

---- O vogal, **Carlos Miranda**, colocou a questão de que, embora tenha sido referido pelo Presidente da Assembleia que a reunião foi marcada para uma data em que o Executivo se sentia mais preparado, o orçamento é um assunto prioritário e a sua apreciação e aprovação ocorreram com muito pouca antecedência, tendo em conta que no dia seguinte existe tolerância de ponto. Considerou que, pela importância do tema e pela proximidade da data, estas situações deveriam merecer maior atenção no futuro.-----

---- O Secretário da Junta de Freguesia, **André Teixeira**, esclareceu que as reuniões da Assembleia têm de ser marcadas em meses específicos, sendo que o mês de dezembro não prioriza a realização da reunião no início ou no fim do mês, cabendo essa decisão ao órgão da Assembleia. Referiu-se que a opção foi realizar a reunião após o Natal,



tendo havido contactos informais no sentido de auscultar essa possibilidade, o que resultou na disponibilidade de apenas dois dias possíveis para a sua realização. Considerando ainda a realização das celebrações de Natal na Igreja Matriz no dia 28, que habitualmente se prolongam pela noite, entendeu-se que o dia imediatamente seguinte, além do dia 29, seria o mais adequado. Foi igualmente referido que o facto de existir tolerância de ponto no dia seguinte não inviabiliza os trabalhos, uma vez que a ata será aprovada em minuta, produzindo todas as deliberações, efeitos imediatos após a assinatura da Mesa da Assembleia.-----

---- A vogal, **Sara Caldeira**, apresentou a intenção da coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP) de voto de protesto contra o horário de encerramento do comércio na Noite de Natal da Camacha. -----

---- O vogal, **João Silva**, procedeu à leitura de um voto de protesto contra o horário de encerramento do comércio na Noite de Natal da Camacha. -----

---- O Secretário da Junta de Freguesia, **André Teixeira**, esclareceu que embora o parecer tenha data de 2, o mesmo apenas foi rececionado no dia 4. Os comerciantes foram informados do horário de encerramento definido no parecer da Polícia. Os que alegaram não ter sido informados foram aqueles que não solicitaram o alargamento de horário. -----

Os estabelecimentos que não efetuaram esse pedido, não poderiam legalmente estar abertos para além do seu horário normal de funcionamento, ainda que em anos anteriores tal tivesse ocorrido. A permanência em funcionamento após o horário licenciado, exige pedido prévio de alargamento de horário junto da Câmara Municipal. - Confirmou-se junto da Câmara que não foi publicado edital a autorizar alargamentos de horário e que, salvo uma barraca que efetuou pedido e obteve autorização até às 3h00, não existiram pedidos de alargamento de horário. Assim, não era do conhecimento da Junta de Freguesia que os estabelecimentos estariam abertos até às 3h00 ou 6h00 da manhã.-----

---- A vogal, **Laura Baptista**, questionou com quantos dias de antecedência deve ser solicitado o pedido de alargamento de horário. -----

---- O Secretário da Junta de Freguesia, **André Teixeira**, respondeu que não tinha conhecimento da antecedência de dias, que deveria ser solicitado o pedido de alargamento de horário, esclarecendo que essa competência é da Câmara Municipal.--

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, manifestou que segundo o entendimento de que alguns comerciantes, com bares abertos diariamente, terão considerado tratar-se de mais uma noite de Natal, assumindo que poderiam funcionar para além do horário habitual, apesar de a licença apenas permitir funcionamento até à meia-noite. -----

Quando a Polícia interveio, foi esclarecido que tal não era permitido. A Junta de Freguesia não tinha conhecimento prévio da intenção dos estabelecimentos, permanecerem abertos após o horário legal. Relativamente às barracas contratadas pela Junta, as mesmas foram informadas, assim que houve indicação, de que o horário autorizado seria até às 3h00 da manhã, tendo-lhes sido dada a possibilidade de decidir se pretendiam ou não se manter no Largo da Achada. -----

---- A vogal, **Laura Baptista**, questionou se as pessoas tiveram liberdade para permanecer no Largo da Achada, fora dos estabelecimentos comerciais, se o puderam fazer. -----

----O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, respondeu afirmativamente, esclarecendo que as pessoas puderam permanecer no Largo da Achada até às 6h00. -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, colocou a votação o voto protesto contra o horário de encerramento do comércio na Noite de Natal da Camacha, sendo aprovado por maioria, com 6 votos a favor (cinco pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP e um voto pelo Juntos pelo Povo), 4 abstenções e 2 votos contra pelo Juntos pelo Povo. -----

---- **B. Ordem do Dia** -----

---- **Ponto 1. Apreciação e votação da ata da sessão anterior (n.º 104)** -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, esclareceu que a votação destina a dar resposta a uma ata de mandato anterior, e que apenas os membros que integravam o órgão à data dos factos, teriam competência para aprovar ou reprovam a



mesma. Não estando presentes esses membros, todos os votos expressos assumem carácter abstencional, ou seja, os participantes votam, mas por abstenção. Nestas circunstâncias, nenhum dos atuais membros assume a continuidade do mandato anterior. Assim, a deliberação é tomada por recurso ao voto de qualidade do Presidente da Mesa da Assembleia, o qual permite a aprovação e validação da matéria correspondente ao mandato anterior. Foi ainda referido que esta situação já foi discutida em ocasiões anteriores e que existem precedentes, nomeadamente o caso ocorrido aquando da transição do mandato do David Rodrigues, que, não sendo do mandato em funções, teve de ser aprovado. A decisão entra, assim, em vigor por força do voto de qualidade do Presidente da Mesa. -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, colocou a ata número cento e quatro a votação sendo que a mesma foi aprovada por maioria, com um voto a favor e onze abstenção. -----

---- **Ponto 2. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o Quadriénio 2025-2029.** -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, referiu que este documento é aquele que orienta as normas de direcionamentos da Assembleia. É normal que, no início de cada mandato, o mesmo seja analisado e aprovado, de forma a garantir que está atualizado e adequado, podendo ainda integrar novas recomendações para os membros da Assembleia. Por esse motivo, torna-se necessário proceder à sua apreciação neste momento, introduzindo o ponto seguinte da ordem de trabalhos, o Sistema de Controlo Interno. O documento já se encontra em funcionamento, mas necessita de ser formalmente colocado em prática, passando pela apreciação e aprovação da Assembleia, permitindo também que os membros apresentem sugestões. -----

---- O vogal, **João Silva**, apresentou a sugestão de incluir no Regimento a possibilidade de transmissão online das sessões da Assembleia. -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, esclareceu que as propostas devem ser sempre submetidas à Assembleia, preferencialmente antes da realização das reuniões, uma vez que o documento em causa se encontra em fase de aprovação

no momento. Foi sugerido que, para as próximas reuniões, seja preparada antecipadamente uma proposta de alteração ao artigo em questão, a fim de ser devidamente analisada e votada pela Assembleia. Assim, apesar de a sugestão ter sido hoje apresentada, o documento será aprovado na sua versão atual, ficando a eventual proposta de alteração para apreciação numa reunião futura. -----

Foi ainda referido que existem alguns pontos que carecem de clarificação, nomeadamente no que respeita aos prazos, devendo ser avaliado se os dias mencionados são úteis ou consecutivos. Nesse sentido, será solicitado parecer a alguém com conhecimentos jurídicos, de forma a proceder, se necessário, às respetivas alterações, a apresentar numa próxima reunião. -----

Para já, não se verifica qualquer alteração ao Regimento, mantendo-se tudo inalterado. Foi ainda deixada a nota de que não é legal proceder às convocatórias exclusivamente por correio eletrónico. O envio de e-mails poderá ser utilizado para partilha de documentos, mas as comunicações formais devem ser efetuadas por via postal ou por protocolo, mediante entrega presencial e assinatura do documento de entrega. -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, colocou a votação o Regimento da Assembleia de Freguesia para o Quadriénio 2025-2029, sendo o mesmo aprovado por maioria, com sete votos a favor e cinco abstenções pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP). -----

---- Ponto 3. Apreciação e votação do Sistema de Controlo Interno -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, referiu que o documento tem por base políticas, normas, metas e procedimentos, servindo de orientação à atuação da Junta de Freguesia, de forma a garantir a legalidade e a eficiência. O referido documento transita do mandato anterior, sendo, contudo, necessário que seja submetido à apreciação e aprovação da Assembleia no início de cada mandato. -----

---- O vogal, **João Quintal**, chamou a atenção para a existência de uma linha duplicada no documento, mais concretamente no Capítulo I, artigo 5.º, n.º 2, alínea c), a qual se encontra repetida. -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, informou que iria proceder à remoção da linha duplicada e atualizar o documento. -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, colocou a votação o Sistema de Controlo Interno, sendo o mesmo aprovado por maioria, com sete votos a favor e cinco abstenções pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP).--

---- **Ponto 4. Apreciação e votação da Tabela de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia da Camacha para o ano económico de 2026.**-----

---- O vogal, **João Quintal**, questionou, no Anexo IV, o ponto n.º 3 apresenta o valor de nove euros e quarenta cêntimos, acompanhado de um asterisco, mas não existindo qualquer referência ou explicação associada ao mesmo.-----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, informou que se tratou de um erro de inserção.-----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, colocou a votação Tabela de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia da Camacha para o ano económico de 2026 sendo as mesmas aprovadas por maioria, com sete votos a favor e cinco votos de abstenção pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP).-----

---- **Ponto 5. Apreciação e votação dos Documentos Previsionais referentes ao ano económico de 2026**-----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, esclareceu que o orçamento agora apresentado resulta da transição entre o executivo anterior e o atual, que inicia funções, tendo sido elaborado com especial cuidado, assente numa gestão criteriosa e ao serviço da comunidade, contemplando igualmente investimento com vista ao futuro. O orçamento foi preparado com base num planeamento, respeitando os princípios do rigor técnico e da conformidade legal, refletindo a realidade financeira da Junta de Freguesia, nomeadamente o princípio de que não é possível gastar mais do que aquilo que se dispõe ou recebe.-----

Foi ainda salientado que cerca de 32% do orçamento se destina a apoios sociais, educação, associativismo e aos eventos organizados pela Junta de Freguesia ao longo do mandato. Apesar de não ser possível concretizar todas as iniciativas desejadas, dada a limitação orçamental e os constrangimentos existentes nos apoios atribuídos, o objetivo passa por, gradualmente, abranger o maior número possível de áreas e necessidades.-----



Referiu-se que, sendo a freguesia muito ativa, seria desejável dispor de mais recursos financeiros para reforçar a dinamização de eventos, melhorar a limpeza e acessibilidade dos arruamentos e ampliar os apoios existentes. Ainda assim, o orçamento procura dar resposta, dentro das possibilidades, às diferentes áreas de intervenção, com especial atenção à população mais jovem, através de medidas como o apoio à natalidade, o apoio social e o apoio aos estudantes universitários.-----

Por fim, foi referido que a gestão do orçamento será feita de acordo com a sua execução ao longo do tempo, podendo o Tesoureiro, Mário Teixeira, prestar posteriormente esclarecimentos mais detalhados sobre estas matérias. Foi sublinhado que este orçamento reflete uma aposta clara nas áreas social, da educação e nos eventos promovidos pela Junta de Freguesia.-----

---- O vogal, **João Quintal**, colocou várias questões relativas ao orçamento, começando por uma chamada de atenção ao mapa D6, no que respeita às despesas de capital, onde se verifica uma divergência de valores, nomeadamente entre o montante de 100.000 euros e o valor de 123.400 euros inscrito no orçamento inicial da despesa, tratando-se da mesma rubrica, o que suscita necessidade de esclarecimento.-----

Foi ainda questionado se, no que respeita aos apoios sociais, se mantêm os critérios anteriormente definidos ou se está prevista alguma alteração. Relativamente às verbas referentes às Obras Delegadas da Câmara Municipal de Santa Cruz, foi solicitado esclarecimento quanto à redução do valor de 225.000 euros para 60.000 euros, procurando perceber o motivo deste desinvestimento ou redução de investimento.-----

Foram também solicitados esclarecimentos sobre o aumento de mil euros na rubrica do gasóleo, bem como sobre a rubrica da limpeza e higiene, onde constam dois valores de 3.000 euros. Foi ainda questionado o significado de várias rubricas com valores reduzidos, nomeadamente de 10, 20 e 100 euros, de forma a clarificar a sua finalidade.-----

Por último, foram colocadas questões relativamente à rubrica de conservação de bens, no valor de 5.000 euros, por se apresentar diferente do valor do ano anterior, bem como sobre o aumento da verba destinada a comunicações, que ronda os 4.000 euros,



cerca do dobro do ano anterior, e ainda sobre a rubrica de deslocações e estadas, cujo valor também se encontra superior em cerca de mil euros face a anos anteriores. -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, esclareceu que relativamente às verbas provenientes da Câmara Municipal de Santa Cruz, foi esclarecido que para o período de 2025 foi inicialmente orçamentado o valor de 225.000 euros, tendo em conta a expectativa de apoio para obras de interesse da freguesia. No entanto, verificou-se que em 2025 apenas foi transferido o montante de 63.000 euros, correspondente a uma única obra, existindo ainda verbas em falta por parte da Câmara Municipal. Foi referido que o executivo optou por orçamentar com base em valores efetivamente garantidos, evitando a inscrição de montantes elevados sem a devida certeza da sua transferência, especialmente tratando-se do primeiro ano de mandato, em que muitas situações ainda não se encontram totalmente definidas. -----

Foi ainda explicado que, embora anteriormente tenha sido equacionada a inscrição de valores mais elevados, nomeadamente 225.000 euros, tal opção não avançou por falta de garantias concretas, tendo-se optado por fixar o valor certo de 60.000 euros, sem prejuízo de, ao longo do ano, poderem vir a ser reforçadas verbas caso a Câmara Municipal venha a disponibilizar mais apoios. Foi igualmente referido que, apesar das limitações, a freguesia conseguiu receber apoios que outras juntas não obtiveram. ----

Relativamente ao aumento da rubrica de combustíveis, foi esclarecido que o mesmo se deve ao aumento do preço dos combustíveis e que esta rubrica não diz respeito apenas aos veículos, abrangendo também a maquinaria existente, necessária ao funcionamento dos serviços. Quanto às rubricas com valores reduzidos ou abertas, foi explicado que se trata de rubricas previstas para eventuais necessidades, nomeadamente para a aquisição de veículos e para apoio social na reabilitação de habitações. A título de exemplo, foi referido que, caso sejam obtidos apoios ou fundos para a aquisição de veículos, será possível ajustar as contas, permitindo flexibilidade ao orçamento sem necessidade de recorrer a revisões orçamentais ou à convocação de assembleias extraordinárias. -----

No que respeita à rubrica de limpeza e higiene, foi esclarecido que o seu valor se encontra diferenciado pelo facto da Junta de Freguesia assegurar o fornecimento de

todos os produtos de higiene e limpeza à escola. Foi ainda referido que está a ser dada maior atenção à diversificação de fornecedores, com o objetivo de garantir melhores preços e, sempre que possível, reduzir os custos associados. -----

Foi ainda referido que o orçamento é um documento flexível, permitindo reforços ao longo do ano, sempre que necessário e dentro da legalidade, sendo esta uma estratégia utilizada para gerir situações excecionais, nomeadamente na área social. No que respeita às comunicações e eventos, foi explicado que algumas despesas poderão vir a ser compensadas por candidaturas e programas de apoio, como sucedeu com a Festa da Maçã, estando prevista a possibilidade de reembolso de cerca de 60% das despesas realizadas, o que poderá representar um valor significativo para reforço do orçamento. -----

Por fim, foi abordada a questão das despesas com conservação de bens, tendo sido esclarecido que o edifício necessita de algumas intervenções, nomeadamente de remodelação e reorganização da garagem, de forma a garantir melhores condições de trabalho. Foi ainda referido que o edifício não pertence à Junta de Freguesia, encontrando-se em regime de arrendamento, pelo que se pretende, sempre que possível, reivindicar junto da Câmara Municipal Santa Cruz a realização dos investimentos necessários, à semelhança do que já ocorreu em anos anteriores. Relativamente às deslocações e estadas, foi referido que, contrariamente a anos anteriores, o Presidente participará nas festas da Camacha e no Congresso Nacional de Freguesias, a realizar em janeiro, sendo que a participação em determinados eventos se revela mais necessária, justificando assim o reforço da respetiva rubrica. -- Esclareceu-se igualmente que a divergência de valores detetada corresponde ao somatório das rubricas D5 e D6. -----

---- O vogal, **João Quintal**, questionou se os critérios dos apoios sociais teriam sofrido alguma alteração, tendo em conta o envio de alterações anteriormente comunicadas.

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, esclareceu que os critérios relativos aos apoios sociais são definidos em sede de regulamento, o qual não se encontra em discussão na presente reunião. Foi referido que a discussão desse

regulamento será incluída na ordem de trabalhos de uma próxima reunião da Assembleia, sendo intenção do executivo que tal ocorra já na próxima sessão. -----

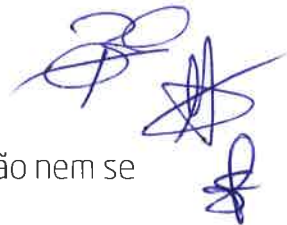
Foi ainda manifestada a intenção de deixar de submeter este documento anualmente à Assembleia, passando antes por proceder a eventuais alterações ao regulamento, acolhendo sugestões dos membros da Assembleia e adequando-o às necessidades e ao orçamento disponível ao longo do ano. Posteriormente, essas alterações serão sujeitas a análise jurídica da Câmara Municipal de Santa Cruz, garantindo a sua conformidade legal. Foi referido que estes documentos têm vindo a ser construídos e ajustados ao longo dos anos, sendo agora intenção proceder a uma revisão mais estruturada, tendo por base a legislação aplicável e boas práticas existentes. -----

A título de exemplo, foi referido o regulamento de apoio aos estudantes universitários, no qual se encontra definida uma dotação global fixa, a distribuir de forma equitativa pelos candidatos elegíveis, não sendo possível alterar esse valor sem proceder previamente à alteração do respetivo regulamento. Foi ainda referido que algumas destas opções resultam de aconselhamento técnico, nomeadamente da área da contabilidade, com vista a tornar a intervenção mais rigorosa. -----

Por fim, foi sublinhado que estas matérias são sensíveis e exigem especial atenção, pelo que se considera preferível proceder às alterações de forma ponderada, com tempo, garantindo a legalidade, a transparência e a equidade no acesso aos apoios, tendo sido dadas as explicações necessárias para esclarecer as dúvidas colocadas. ----

---- O vogal, **João Quintal**, salientou que se verificou um aumento do número de efetivos em mais três pessoas, questionando se, ao nível das despesas com pessoal, os valores se irão manter simbolicamente iguais ou se está prevista alguma alteração, solicitando esclarecimentos sobre essa matéria. -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, Foi esclarecido que uma funcionária se irá aposentar a partir de janeiro, o que permitirá a abertura de vagas, nomeadamente para um assistente operacional e duas assistentes técnicas, uma vez que deixou de existir a figura da coordenadora técnica. Foi referido que, no que respeita às despesas com pessoal, não é possível determinar com exatidão os valores,



uma vez que ainda não são conhecidas as condições concretas de contratação nem se todas as vagas serão efetivamente preenchidas.-----

Assim, os valores inscritos no orçamento foram definidos de forma prudente e realista, procurando aproximar-se o mais possível da realidade expectável, evitando a inscrição de montantes que não correspondam a despesas certas. Foi ainda referido que, mesmo no caso de preenchimento das vagas, o impacto orçamental não deverá ser muito significativo, existindo ainda algumas situações pendentes relativamente a uma das contratações. -----

Foi também referido que o executivo se encontra a diligenciar junto da Câmara Municipal a possibilidade de contratação de mais um assistente operacional com suporte financeiro por parte da Câmara, de forma a não transferir esse encargo diretamente para o orçamento da Junta de Freguesia. Foi ainda salientado que, em termos de recursos humanos, a Junta dispõe atualmente de um número reduzido de efetivos, contando apenas com um motorista sendo as restantes necessidades asseguradas, sempre que possível, através de programas existentes tal como RSI, programas de emprego e programa com os reclusos.-----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, reforçou que a Junta de Freguesia enfrenta uma carência significativa de assistentes operacionais, situação que é do conhecimento geral. Foi referido que os trabalhadores integrados em programas ocupacionais não podem ser obrigados a executar tarefas técnicas ou de risco, como pequenas obras ou intervenções específicas, o que obriga frequentemente à contratação de empresas externas para a realização desses trabalhos.-----

Foi salientado que a inexistência de assistentes operacionais qualificados limita a capacidade da Junta para executar pequenas intervenções que poderiam ser realizadas internamente. Acresce ainda que, em algumas situações, nomeadamente em ações de limpeza que exigem maquinaria específica, os recursos humanos atualmente disponíveis não são suficientes ou especializados, o que conduz a atrasos na execução dos trabalhos. -----

Por fim, foi referido que o executivo pretende procurar outras fontes de financiamento, incluindo fundos europeus e outros apoios, de forma a possibilitar a



contratação de assistentes operacionais, permitindo assim mitigar as dificuldades atualmente sentidas e melhorar a capacidade de resposta da Junta de Freguesia.-----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, referiu que esta matéria será novamente abordada numa reunião futura, previsivelmente no mês de março, no âmbito da análise da rubrica das prestações de serviços, a qual apresenta valores elevados devido à necessidade recorrente de subcontratação. Foi explicado que, na ausência de meios próprios suficientes, a Junta vê-se frequentemente obrigada a contratar serviços externos, nomeadamente para operações simples como limpezas, transporte de resíduos ou pequenas intervenções, o que pode representar custos significativos em curtos espaços de tempo. -----

Foi salientado que a existência de mais maquinaria ou de veículos adequados permitiria reduzir estas despesas. Nesse sentido, foi referida a intenção do Executivo, já no mês de janeiro, de analisar os apoios e candidaturas disponíveis, que normalmente abrem a partir de meados de janeiro, com vista à melhoria dos meios da Junta. -----

Foi ainda referido que os veículos atualmente existentes são antigos, datando de cerca de 2006, apresentando elevado desgaste, nomeadamente ao nível da mecânica, situação que se reflete igualmente nas despesas inscritas na rubrica de conservação de veículos. -----

---- A vogal, **Laura Baptista**, questionou se a Junta de Freguesia poderia candidatar-se ao programa OPERAM. -----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, em resposta à questão colocada, referiu que existem várias vias possíveis para avançar com uma candidatura, identificando, em termos gerais, três caminhos distintos: recurso a fundos próprios (que a Junta não dispõe nem pretende utilizar), apoio excecional da Câmara Municipal e candidaturas a fundos. Foi ainda esclarecido que o processo de candidatura é complexo e não se resume à simples submissão formal, exigindo uma definição clara de objetivos, um enquadramento global e o cumprimento de critérios específicos. -----

Foi ainda referido que este tipo de candidaturas, nomeadamente de cariz ambiental ou para aquisição de veículos, exige normalmente o recurso a consultores especializados, dado o grau de exigência técnica e burocrática envolvido. Acresce que a preparação e

acompanhamento destas candidaturas requer tempo e dedicação, o que se torna mais difícil atendendo à limitação de recursos humanos e ao facto de muitas funções serem exercidas em regime parcial. -----

Por fim, foi salientado que estas candidaturas devem ser encaradas numa perspetiva global e estratégica, estando mais vocacionadas para entidades com maior capacidade de intervenção contínua e proximidade à comunidade, reconhecendo-se que este é um desafio permanente na gestão da Junta de Freguesia. -----

---- A vogal, **Laura Baptista**, informou que as candidaturas ao programa OPERAM é efetuada a título individual. -----

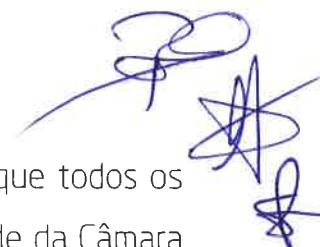
---- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, **Pedro Fernandes**, colocou a votação os Documentos Previsionais referentes ao ano económico de 2026 sendo os mesmos aprovados por maioria, com nove votos a favor (sete pelo Juntos pelo Povo e dois pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP) e três votos de abstenção pela Coligação Mais Santa Cruz (PPD/PSD CDS-PP). -----

---- **Ponto 6. Outros assuntos de interesse.** -----

---- O vogal, **Carlos Miranda**, questionou qual a situação atual do espaço referido como sendo a sede das Romarias Antigas, solicitando esclarecimentos sobre eventuais soluções para os problemas ali existentes, nomeadamente relacionados com o escoamento das águas para a estrada e para a curva adjacente, situação que já se verifica há vários meses. Foi ainda questionado se existe alguma solução prevista para resolver o problema. -----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, esclareceu que a Junta de Freguesia não dispõe de solução para a situação referida, uma vez que a mesma é da responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Cruz. Foi ainda referido que a Junta de freguesia apenas pode responder por assuntos da sua competência, devendo as questões relativas a obras ou outros assuntos da Câmara Municipal ser colocadas pelo respetivo deputado do seu partido na Assembleia Municipal. -----

---- O vogal, **Carlos Miranda**, referiu que, embora existam assuntos que não sejam da competência direta da Junta de Freguesia, a mesma tem o dever de os reportar à Câmara Municipal. -----



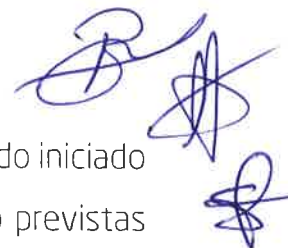
---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, esclareceu que todos os assuntos apresentados em agenda relativos a obras da responsabilidade da Câmara Municipal, nomeadamente canalizações ou outras intervenções, são devidamente encaminhados pela Junta de Freguesia para a Câmara Municipal, competindo a esta dar o respetivo seguimento. Foi ainda referido que a Junta não tem competência para decidir sobre o início ou a conclusão das obras da Câmara, acrescentando-se que, para obter informações sobre o andamento dessas intervenções, o deputado do partido poderá questionar a Presidência da Câmara Municipal em sede de Assembleia Municipal.-----

---- O vogal, **Carlos Miranda**, colocou várias questões relativas a situações existentes na freguesia, nomeadamente sobre o estabelecimento comercial (bar O Casimiro) situado no centro da Camacha, questionando-se se o mesmo se encontra encerrado e se existe conhecimento sobre a situação contratual e o cumprimento dos requisitos da concessão. Foi referido que, enquanto cidadãos e representantes locais, importa averiguar estas situações, demonstrando à população interesse na resolução dos problemas.-----

Foi ainda referido um problema ocorrido junto ao local conhecido como Moisés, onde, há cerca de três meses, foi efetuada uma intervenção na estrada que reduziu a via a uma única faixa de circulação, levantando preocupações quanto a eventuais responsabilidades futuras e segurança rodoviária.-----

Por fim, foi questionado se existe alguma previsão ou intenção por parte da Câmara Municipal, para a pavimentação do restante troço da Estrada do Ribeiro Serrão.-----

---- O Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Mário Teixeira**, esclareceu que a Câmara Municipal tem identificadada, há vários anos, a necessidade de intervenção na zona da Achadinha, não se tratando de uma situação recente nem exclusiva do atual mandato. Foi referido que a solução para os problemas existentes passa pela substituição integral da canalização, a qual se encontra obsoleta, tratando-se de uma intervenção prioritária, mas que não é possível executar num curto espaço de tempo, prevendo-se que decorra ao longo de vários anos.-----



Foi ainda referido que a Câmara tem vindo a intervir progressivamente, tendo iniciado trabalhos em zonas mais centrais, nomeadamente junto à igreja, estando previstas outras intervenções, cuja concretização dependerá da decisão camarária e dos estudos técnicos necessários. O papel da Junta de Freguesia passa por recolher as queixas dos munícipes e encaminhá-las para a Câmara Municipal, o que tem sido feito de forma regular, dado que os problemas continuam a surgir e são comunicados quase semanalmente. -----

Foi igualmente esclarecido que, apesar de não ser da competência da Junta executar essas obras, existe interesse em acompanhar a situação e informar a população sempre que possível, embora a decisão final dependa exclusivamente da Câmara Municipal. -----

Relativamente à situação do estabelecimento em regime de concessão, foi referido que a concessão é celebrada entre o particular e a Câmara Municipal, cabendo a esta última o papel fiscalizador. À Junta compete apenas reportar eventuais irregularidades que lhes sejam comunicadas. Foi ainda referido que o concessionário possui direitos que devem ser respeitados, sendo a decisão final sempre da sua responsabilidade e da Câmara Municipal, no âmbito do contrato de concessão. -----

Por fim, foi referido que a situação da estrada do Ribeiro Serrão já foi amplamente abordada, encontrando-se prevista a continuação da intervenção, estando a segunda fase identificada e com perspectiva de avançar. -----

---- A vogal, **Laura Baptista**, questionou se a carrinha da Junta se encontrava disponível para transporte pessoas, uma vez que anteriormente efetuava esse serviço, embora tenha havido um período em que deixou de o realizar. -----

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, esclareceu que a carrinha da Junta pode ser disponibilizada a instituições e associações, desde que exista pedido prévio e planeamento adequado, tendo em conta a agenda do veículo, uma vez que o mesmo continua afeto a outros serviços, nomeadamente recolhas. -----

Sempre que a carrinha esteja disponível, a Junta não se opõe à sua cedência. No entanto, os pedidos para transporte de crianças não são permitidos, uma vez que a carrinha não reúne as condições legais para esse tipo de transporte. Para situações

enquadráveis no apoio ao associativismo, deverá ser apresentada candidatura, à semelhança dos restantes movimentos associativos.-----

Relativamente à utilização da carrinha, foi ainda referido que, caso não seja solicitado motorista da Junta, a cedência poderá ocorrer para condução por terceiros, sendo as únicas limitações a indisponibilidade por agenda ou o facto de o veículo se encontrar em manutenção. -----

---- Ponto 7. Aprovação da ata em minuta (n. 2/2025) -----

---- A primeira secretária, **Sónia Gonçalves**, procedeu à leitura da Ata em minuta (n.2/2025). -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia, **Pedro Fernandes**, colocou a votação a ata minuta (n.2/2025) sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. -----

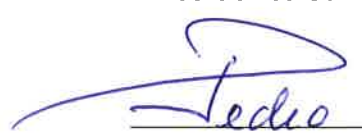
---- C. Público - Período de Intervenção -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia, **Pedro Fernandes**, agradeceu a todos a forma pacífica como decorreu a discussão, manifestando o desejo de que assim continue. Desejou ainda a todos um feliz ano de 2026, com saúde, paz e harmonia, apelando a um espírito positivo e de união. Por fim, agradeceu a presença de todos. ---

---- O Presidente da Junta de Freguesia, **Ricardo Baptista**, informou que, no próximo fim de semana, se realizará o passeio aos presépios, o qual já se encontra completo. Informou igualmente que, no domingo, terá lugar a Prova dos Reis, na Camacha, convidando todos os interessados a participar ou a assistir. -----

---- Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia, **Pedro Fernandes**, deu por encerrada a reunião pelas vinte e uma e quatorze minutos. -----

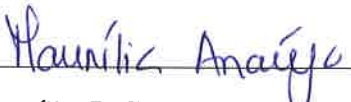
Presidente da Mesa da Assembleia


(Pedro Damião Barreto Fernandes)


Primeira Secretária


(Sónia Patrícia Figueira Gonçalves)

Segunda Secretária


(Maurília Sofia Henriques Araújo)